

Costa Couto nega fim da moratória

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, declarou ontem que não existe da parte do Governo brasileiro qualquer previsão de suspensão da moratória ou para a retomada dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A negociação da dívida, que levou ontem o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a uma audiência, fora de agenda, de quase meia hora, com o presidente José Sarney, vem se processando, segundo ele, dentro da orientação presidencial, segundo a qual "o Brasil não será inflexível nas conversações, mas existem premissas das quais o Governo não abre mão". Citou, como exemplo, "o crescimento da economia".

Quanto à suspensão da moratória e a ida ao FMI, entende o chefe do Gabinete Civil que "são

assuntos que poderão vir a ser discutidos numa segunda etapa das negociações", que ele acredita só ocorrerá no próximo ano.

O que se está discutindo no momento é uma manifestação de "boa vontade", de maneira concreta, em que o Brasil faz um depósito numa instituição financeira, supostamente, independente, como o Banco Internacional de Compensações (BIS), e recebe a reciprocidade dos credores, com outro depósito equivalente. Esse acordo poderia ser assinado a qualquer momento, disse o ministro.

Conjuntura

Revelou ainda o chefe do Gabinete Civil que o Presidente está preocupado com o movimento das bolsas de valores, porque elas podem estar refletindo um comportamento da economia mundial, e, em particular, a norte-americana, que poderá ter efeitos no Brasil.

Sarney está acompanhando, também a oscilação dos preços do petróleo, receoso segundo o ministro, de que os preços subam repentinamente, em decorrência, por exemplo, das hostilidades no Oriente Médio, inviabilizando parte do saldo da balança comercial.

Retaliações

A propósito da ameaça de retaliações contra o Brasil, por causa da lei da informática, disse Costa Couto que a Lei antecede ao Governo do presidente Sarney. Apesar disso, não se prevê nenhuma alteração, inclusive na "reserva de mercado", no conteúdo do documento legal.

Justificou ainda as manifestações e pressões dos diferentes segmentos industriais norte-americanos, contra a lei da informática, dizendo "ser este um fenômeno natural, ao qual o Governo brasileiro já se acostumou".